**LEI MUNICIPAL Nº 2309,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE VILA FLORES PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2020.**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta;

II — o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta.

**CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I
Da Estimativa da Receita**

Art. 2º A Receita total, abrangida pelas orçamentárias e intraorçamentárias, é estimada, no mesmo valor da Despesa total, nela também abrangida à orçamentária e intraorçamentária, no valor de **R\$ 24.914.821,00** (vinte e quatro milhões, novecentos e quatorze mil, oitocentos e vinte e um reais).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

Tabela 1 – Estimativa da receita por categoria econômica

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES ORÇAMENTÁRIAS	11.546.922,00	14.719.951,00	26.266.873,00
Receita Tributária	1.258.296,00	653.544,00	1.911.840,00
Receita de Contribuições	0,00	684.000,00	684.000,00

Receita Patrimonial	115.400,00	3.353.573,00	3.468.973,00
Receita Agropecuária	10,00	0,00	10,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	78.600,00	0,00	78.600,00
Transferências Correntes	10.094.456,00	10.028.824,00	20.123.280,00
Outras Receitas Correntes	160,00	10,00	170,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL ORÇAMENTÁRIAS	0,00	20,00	20,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	20,00	20,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	1.883.800,00	1.883.800,00
Receita de Contribuições – Intra	0,00	1.883.800,00	1.883.800,00
Receita Patrimonial – Intra	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes – Intra	0,00	0,00	0,00
8 – RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens – Intra	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos – Intra	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital – Intra	0,00	0,00	0,00
9 – DEDUÇÕES DA RECEITA	(30,00)	(3.235.842,00)	(3.235.872,00)
TOTAL	11.546.892,00	13.367.929,00	24.914.821,00

Seção II Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa total, nela também abrangida à orçamentária e intraorçamentária, é fixada, no mesmo valor da Receita total, abrangida pela orçamentária e intraorçamentária, no valor de **R\$ 24.914.821,00** (vinte e quatro milhões, novecentos e quatorze mil, oitocentos e vinte e um reais), sendo:

- I - No Orçamento Fiscal, em **R\$ 15.474.267,00** (quinze milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais);
- II - No Orçamento da Seguridade Social, em **R\$ 9.440.554,00** (nove milhões, quatrocentos e quarenta mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais);

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

Tabela 2: Despesa total fixada

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
3. DESPESAS CORRENTES	9.026.860,00	10.918.189,00	19.945.049,00
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.897.470,00	5.481.554,00	10.379.024,00
3.1 - Pessoal e Encargos Social - Intra	0,00	1.856.940,00	1.856.940,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	50,00	0,00	50,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	4.129.340,00	3.579.695,00	7.709.035,00
3.3 - Outras Despesas Correntes - Intra	0,00	0,00	0,00
4. DESPESAS DE CAPITAL	187.140,00	139.342,00	326.482,00
4.1 – Investimentos	187.090,00	139.332,00	326.422,00
4.1 – Investimentos – Intra	0,00	0,00	0,00
4.2 - Inversões Financeiras	0,00	10,00	10,00
4.2 – Inversões Financeiras – Intra	0,00	0,00	0,00
4.3 – Amortização da Dívida	50,00	0,00	50,00
4.3 – Amortização da Dívida – Intra	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	294.390,00	4.348.900,00	4.643.290,00
Município	294.390,00	-	294.390,00
RPPS	-	4.348.900,00	4.348.900,00
TOTAL	9.508.390,00	15.406.431,00	24.914.821,00

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 2291 de 10/09/2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2020, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de cinquenta por cento (50%) da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- a) anulação parcial ou total de suas dotações;
- b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- c) excesso de arrecadação.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de cinquenta por cento (50%) de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

§ 1º As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

§ 2º Para fins da alínea b do inciso I do caput, também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, os recursos que forem gerados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

Art. 8º No caso do Poder Executivo, o limite autorizado no artigo 7º, inciso I, não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020.

Art. 10º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 11º Obedecidas às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 12º O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 13º Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I e III do art. 2º da Lei Municipal Nº 2291 de 10/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto no §1º do mesmo artigo.

Parágrafo único. Para efeito de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 14º O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das naturezas de receitas e despesas orçamentárias, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 15º – Conforme disposto no art. 6º da Lei 2134 de 06/06/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o Quadriênio 2018/2021, podem ser incluídas, excluídas e alteradas ações, produtos e metas através da Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta Lei Orçamentária Anual. As alterações necessárias estão listadas abaixo:

§ 1º Inclui no PPA e LDO a Atividade 2245 – Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social, vinculada a Unidade Orçamentária 6.4 e crias suas despesas.

§ 2º Inclui no PPA e LDO a Atividade 2238 – Manutenção e Conservação dos Prédios das Creches Municipais, vinculada a Unidade Orçamentária 7.2 e crias suas despesas.

§ 3º Inclui a Atividade 2132 – Manutenção dos Espaços de Lazer na Unidade Orçamentária 6.4 e crias suas despesas.

4º Renomeia no PPA e LDO a Atividade nº 2053 – Manutenção, Conservação e/ou ampliação de Praças e Parques Públicos;

§ 5º Renomeia no PPA e LDO a Atividade nº 2063 – Manutenção do Horto Florestal e Jardins Públicos;

§ 6º Renomeia no PPA e LDO a Atividade nº 2138 – Manutenção das Atividades e Eventos Esportivos;

§ 7º Renomeia no PPA e LDO a Atividade nº 2239 – Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais;

§ 8º Renomeia no PPA e LDO a Atividade nº 2092 – Manutenção do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF;

§ 9º Renomeia no PPA e LDO a Atividade nº 2210 – Manutenção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF;

§ 10º Renomeia no PPA e LDO a Atividade nº 2044 – Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo;

§ 11º Renomeia no PPA e LDO o Projeto nº 1209 – Equipamentos e Material Permanente para a EMEF Doze de Maio;

§ 12º Reclassifica para a Unidade Orçamentária 6.4 o Projeto 1044 – Aquisição de Terrenos para Casas Populares e suas despesas;

§ 13º Reclassifica para a Unidade Orçamentária 6.4 a Atividade 2156 – Manutenção da Infraestrutura para Casas Populares e suas despesas;

§ 14º Reclassifica para a Unidade Orçamentária 6.4 a Atividade 2241 – Manutenção do Parque de Eventos e suas despesas;

Art. 16º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Flores, 12 de novembro de 2019.

VILMOR CARBONERA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VILA FLORES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

ANEXO I
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
(LRF Art. 5º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS	VALOR DA RENÚNCIA	FORMA DE COMPENSAÇÃO
Impostos e Taxas	Reemissão/Anistia	Inadimplentes/Dívida Ativa	1.423,60	A compensação será efetivada com o aumento permanente das receitas, bem como no esforço da fiscalização tributária.
TOTAL			1.423,60	

- Valor estimado para o exercício de 2020 conforme informações do setor tributário do Município e estimativa na LDO.

A modalidade de Remissão/Anistia tem por base a Lei Municipal 2007 de 11/08/2015 que Reorganiza o sistema de Pagamento parcelado, remissão e cobrança de créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, instituindo anistia.

MUNICÍPIO DE VILA FLORES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

ANEXO II
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO
(LRF Art. 5º, inciso V)

EVENTO	Valor Previsto 2020
Aumento Permanente da Receita (1)	-
Decorrente de Receitas Tributárias	-
Decorrente de Transferências Correntes	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Impacto de Novas DOCC (2)	-
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	-
Relativas a Outras Despesas Correntes	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (1 – 2)	-

A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2020, adequar-se-ão às receitas do Município, portanto não sendo realizada estimativa para esta despesa.

MUNICÍPIO DE VILA FLORES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

ANEXO III
DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE DO ORÇAMENTO COM AS METAS FISCAIS
(LRF Art. 5º, inciso I)

(A) - Recursos do Tesouro Municipal

ESPECIFICAÇÃO	METAS FISCAIS FIXADAS NA LDO PARA 2020 VALORES CORRENTES	VALORES PREVISTOS NA LEI DE ORÇAMENTO PARA 2020
Receitas Totais Previstas	18.838.653,91	17.182.121,00
Receitas Primárias Previstas (1)	18.645.472,14	17.048.218,00
Despesas Totais Previstas	15.953.604,02	14.422.631,00
Despesas Primárias Previstas (2)	15.953.604,02	14.422.581,00
Resultado Primário Previsto (1 - 2)	2.691.868,12	2.625.637,00

(B) - Recursos do Regime Próprio de Previdência Social

ESPECIFICAÇÃO	METAS FISCAIS FIXADAS NA LDO PARA 2020 VALORES CORRENTES	VALORES PREVISTOS NA LEI DE ORÇAMENTO PARA 2020
Receitas Totais Previstas	5.695.293,05	5.848.900,00
Receitas Primárias Previstas (1)	2.553.612,09	2.567.800,00
Despesas Totais Previstas	5.695.293,05	5.848.900,00
Despesas Primárias Previstas (2)	5.695.293,05	5.848.900,00
Resultado Primário Previsto (1 - 2)	(3.141.680,96)	(3.281.100,00)

(C) – Consolidação geral (A + B)

ESPECIFICAÇÃO	METAS FISCAIS FIXADAS NA LDO PARA 2020 VALORES CORRENTES	VALORES PREVISTOS NA LEI DE ORÇAMENTO PARA 2020
Receitas Totais Previstas	24.533.946,96	23.031.021,00
Receitas Primárias Previstas (1)	21.199.084,23	19.616.018,00
Despesas Totais Previstas	21.648.897,07	20.271.531,00

Despesas Primárias Previstas (2)	21.648.897,07	20.271.481,00
Resultado Primário Previsto (1 – 2)	(449.812,84)	(655.463,00)

- Receitas Totais previstas no quadro Consolidado não consideram as receitas intraorçamentárias.
- Valores ajustados conforme reestimativa de receita e despesa para o exercício de 2020.

MUNICÍPIO DE VILA FLORES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

ANEXO IV
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA POR FONTES
(LRF art. 12)

Especificação	Arrecadado 2016	Arrecadado 2017	Arrecadado 2018	Reestimado 2019	Prevista 2020 3,70%	Prevista 2022 3,76%	Prevista 2023 3,58%
RECEITAS CORRENTES Orçamentárias	23.750.548,20	23.698.560,39	24.335.306,87	25.514.783,21	26.212.873,00	27.688.377,49	29.021.108,79
Receitas Tributárias	1.194.288,59	1.294.108,80	1.249.931,55	1.841.047,94	1.911.840,00	2.295.612,75	2.942.783,63
Receitas de Contribuições	2.003.633,96	1.948.182,27	653.701,55	659.648,00	684.000,00	739.420,12	792.919,20
Receita Patrimonial	3.246.421,43	2.769.526,83	2.604.545,56	3.360.569,13	3.414.973,00	3.632.669,06	3.858.291,66
Receita Agropecuária	-	52,00	89,12	-	10,00	10,64	11,30
Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	39.416,85	50.291,00	72.265,86	140.482,86	78.600,00	83.610,56	88.803,55
Transferências Correntes	17.206.305,99	17.556.715,24	19.723.037,47	19.492.694,54	20.123.280,00	20.936.877,97	21.338.116,73
Outras Receitas Correntes	60.481,38	79.684,25	31.735,76	20.340,74	170,00	176,39	182,71
RECEITAS DE CAPITAL Orçamentárias	1.343.146,64	1.298.891,38	1.254.105,54	524.225,41	20,00	20,75	21,49
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	98.320,60	1.634,95	3.277,40	3.609,26	20,00	20,75	21,49
Empréstimos Concedidos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.244.826,04	1.294.988,57	1.250.828,14	520.616,15	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	2.267,86	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES Intraorçamentárias	-	-	1.731.669,88	1.685.627,19	1.883.800,00	2.036.432,21	2.183.773,68
Receitas de Contribuições	-	-	1.731.669,88	1.685.627,19	1.883.800,00	2.036.432,21	2.183.773,68
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL Intraorçamentárias	3.422,49	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos Concedidos	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	3.422,49	-	-	-	-	-	-
(-) Deduções da Receita	(3.008.324,57)	(2.972.232,64)	(3.520.135,78)	(3.097.615,39)	(3.181.872,00)	(3.303.188,50)	(3.349.404,05)
T O T A L	22.088.792,76	22.025.219,13	23.800.946,51	24.627.020,42	24.914.821,00	26.421.641,95	27.855.499,92

• Dados extraídos dos Balancetes de Despesa dos Exercícios apresentados.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA

Os valores referentes aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 foram obtidos a partir dos dados constantes nos respectivos balanços anuais encerrados. Os valores referentes ao exercício de 2019 foram extraídos da Reestimativa de receitas para o exercício. Os valores projetados para o exercício de 2020 foram extraídos utilizando-se como parâmetros para a previsão os seguintes métodos:

Em regra geral, utilizou-se como parâmetro para a previsão das receitas o seguinte método: levantamento dos valores arrecadados até Setembro de 2019 por tipo de receita, conforme Balancete da receita e a partir da média da arrecadação mensal, multiplicou-se por doze (12) meses.

Excetua-se deste método alguns impostos e transferências que possuem forma de cálculo e estimativas diferenciadas da regra geral indicados pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, no documento de Subsídios para Elaboração do Orçamento, publicado em 13/09/2019. Aplicou-se em geral a inflação média anual de 3,70% (IPCA), índice extraído do Sistema de Expectativas do Bacen, no mês de Outubro/2019.

As exceções a essas regras são as receitas mencionadas abaixo que utilizaram métodos específicos de cálculo:

Impostos (IPTU, IRRF, ITBI, ISSQN) – para o IRRF e ITBI utilizou-se o levantamento do total arrecadado até setembro/2019, conforme balancete da receita, obtendo-se uma média da arrecadação mensal e aplicada aos 12 meses do ano para estimar a arrecadação anual. Aplicou-se ao final a inflação média anual de 3,70%, índice indicado para o exercício de 2020. Para o IPTU e o ISSQN, considerou-se a sazonalidade dos impostos, cujos prazos de cobrança variam de junho a novembro, considerando o valor já arrecadado até setembro/2019 e os créditos a receber inscritos para cobrança até o final do exercício. Para a estimativa do IPTU ainda foram consideradas as estimativas do Setor Tributário quanto à abertura de novos loteamentos e a efetiva inscrição destas novas áreas para cobrança.

Taxas – levantamento do total arrecadado até setembro/2019, conforme balancete da receita, obtendo-se uma média da arrecadação mensal e aplicada aos 12 meses do ano para estimar a arrecadação anual. Aplicou-se ao final a inflação média anual de 3,70%, índice indicado para utilização no exercício de 2020.

Receita de Contribuições do RPPS – levantamento do total arrecadado até setembro/2019, conforme balancete da receita, obtendo-se uma média de arrecadação mensal, e multiplicando-se por 13 meses (salários + 13%). Aplicou-se ao final a inflação média anual de 3,70%, índice indicado para utilização. Consideraram-se ainda as alíquotas a serem adotadas para o exercício de 2020, extraídas do Cálculo Atuarial do RPPS e já fixadas pela Lei Municipal 2297/2019.

Receita Patrimonial – levantamento do total arrecadado até setembro/2019, conforme balancete da receita, obtendo-se uma média da arrecadação mensal e aplicada aos 12 meses do ano para estimar a arrecadação anual. Aplicou-se ao final a inflação média anual de 3,70%, índice indicado para utilização. Consideraram-se também as perdas ocorridas nas aplicações financeiras no período, principalmente quanto ao RPPS.

Demais receitas de serviços - levantamento do total arrecadado até setembro/2019, conforme balancete da receita, obtendo-se uma média da arrecadação mensal e aplicada aos 12 meses do ano para estimar a arrecadação anual. Aplicou-se ao final a inflação média anual de 3,70%, índice indicado para utilização.

Transferências Correntes da União e do Estado – a previsão se baseou nas estimativas repassadas pela FAMURS no documento Subsídios para Elaboração do Orçamento, publicado em 13/09/2019. Levaram em conta as transferências constitucionais e legais recebidas da União (FPM, ITR, Minas e Energia, FEP) e as transferências recebidas do Estado (ICMS, IPVA, Lei Kandir, IPI, CIDE). As transferências Voluntárias e de Convênios, para as áreas da Saúde, Educação, Assistência Social e outras, tiveram como base a regularidade dos créditos das parcelas recebidas até o mês de setembro/2019.

Outras receitas correntes – levantamento do total arrecadado até setembro/2019, conforme balancete da receita, obtendo-se uma média da arrecadação mensal e aplicada aos 12 meses do ano para estimar a arrecadação anual. Aplicou-se ao final a inflação média anual de 3,70%, índice indicado para utilização.

Receitas de Capital – levantamento do total arrecadado até setembro/2019, conforme balancete da receita, porém não foi considerada média de recebimento, pois os valores variam de acordo com o tipo e periodicidade dos Convênios.

Não foram considerados na estimativa da Receita os recursos do bônus da Cessão Onerosa do Pré Sal, aprovado através do Projeto de Lei 5.478/2019 da Câmara dos Deputados, pois há uma incerteza se os créditos serão repassados ainda no exercício de 2019 ou somente no exercício de 2020. Por este motivo o valor estimado de R\$ 862.607,38, que cabe ao Município de Vila Flores, conforme estimativa recebida da CNM – Confederação Nacional dos Municípios será incluído no momento do efetivo recebimento do crédito e no orçamento em que for recebido.

O pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma correlação do comportamento dessa receita com o desempenho dos agregados macroeconômicos. Além disso, pressupõem-se em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, que as taxas de crescimento real sejam maiores, devido aos esforços de melhoria de gestão e diminuição de inadimplência, porém cabe destacar que diante da crise econômica do país e a visível instabilidade da economia que atinge os Municípios, a estimativa é de um crescimento tímido em relação aos exercícios anteriores, conforme estimativas do quadro abaixo.

MUNICÍPIO DE VILA FLORES/RS						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 2020						
TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas - Atualizado conforme LOA 2020						
Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	2022
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	2,80%	3,68%	3,79%	3,70%	3,76%	3,58%
VARIAÇÃO DO PIB	0,97%	1,30%	0,88%	2,03%	2,52%	2,54%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-	2,20%	-0,99%	-0,30%	0,30%	-0,33%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-	4,87%	5,83%	26,35%	9,10%	13,76%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	4,59%	-8,39%	42,62%	12,94%	15,72%	23,76%
CRESCIMENTO REAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO	-	4,62%	5,19%	-0,47%	0,03%	1,59%
CRESCIMENTO REAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO ESTADO	0,31%	8,30%	12,17%	-	-1,18%	-1,68%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	6,00%	2,95%	5,58%	12,17%	-1,18%	-5,01%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	6,00%	2,95%	5,58%	3,87%	3,87%	3,87%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-	1,22%	74,12%	68,85%	1,35%	2,20%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	9,84%	6,53%	6,12%	4,60%	5,97%	6,52%
Taxa de Câmbio	3,20	3,68	3,79	3,99	3,96	3,99

Base da consulta: Outubro/2019 - BACEN - Sistema de Expectativas.

MUNICÍPIO DE VILA FLORES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

ANEXO V

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA DE
DESPESA Orçamento Fiscal e da Seguridade Social**

A - RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
<i>Receitas Correntes – Orçamentárias</i>	18.602.119,00	7.610.754,00	26.212.873,00
Receita Tributária	1.682.323,50	229.516,50	1.911.840,00
Receita de Contribuições	0,00	684.000,00	684.000,00
Receita Patrimonial	121.317,00	3.293.656,00	3.414.973,00
Receita Agropecuária	10,00	0,00	10,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	78.600,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	16.719.698,50	3.403.581,50	20.123.280,00
Outras Receitas Correntes	170,00	0,00	170,00
<i>Receitas de Capital - Orçamentárias</i>	20,00	0,00	20,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	20,00	0,00	20,00
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<i>Receitas Correntes – Intraorçamentárias</i>	0,00	1.883.800,00	1.883.800,00
Receita de Contribuições	0,00	1.883.800,00	1.883.800,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<i>Receitas de Capital - Intraorçamentárias</i>	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita	(3.127.872,00)	(54.000,00)	(3.181.872,00)
TOTAL	15.474.267,00	9.440.554,00	24.914.821,00

B - Despesas

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Despesas Correntes	13.711.626,00	6.233.423,00	19.945.049,00
Pessoal e Encargos Sociais	7.827.380,00	2.938.584,00	10.765.964,00
Pessoal e Encargos Sociais - Intraorçamentária	0,00	1.470.000,00	1.470.000,00
Juros e Encargos da Dívida	50,00	0,00	50,00
Outras Despesas Correntes	5.884.196,00	1.824.839,00	7.709.035,00
Outras Despesas Correntes - Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	271.685,00	54.797,00	326.482,00
Investimentos	271.685,00	54.797,00	326.482,00
Investimentos - Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras - Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência - RPPS	0,00	4.348.900,00	4.348.900,00
Reserva de Contingência - MUNICÍPIO	294.390,00	0,00	294.390,00
TOTAL	14.277.701,00	10.637.120,00	24.914.821,00

- As Receitas da Seguridade Social abrangem todas as receitas com Saúde, Assistência e Previdência.
- As Receitas Fiscais abrangem todas as demais.
- As receitas do Orçamento Fiscal se apresentam a maior que as despesas e da Seguridade Social se mostram o oposto, com receitas a menor que as despesas. Essa diferença se explica pela aplicação de recursos livres do Orçamento Fiscal em montante sempre a maior que o mínimo exigido na Saúde.

MUNICÍPIO DE VILA FLORES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

ANEXO VI

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS AOS FUNDOS PÚBLICOS
(Lei Federal 4.320/64, art. 2º, § 2º, inciso I)

Fundo Municipal de Saúde

(CNPJ nº. 12.056.520/0001-03)

RECEITAS		DESPESAS	
<i>Especificação</i>	<i>Valor</i>	<i>Especificação</i>	<i>Valor</i>
Receitas Correntes	3.424.144,00	Despesas Correntes	4.313.364,00
Receitas Tributárias	229.516,50	Pessoal e Encargos Sociais	2.691.215,00
Receitas Contribuições	-	Juros e Encargos da Dívida	-
Receita Patrimonial	10.046,00	Outras Despesas Correntes	1.622.149,00
Receita Agropecuária	-		
Receitas Industriais	-		
Receitas de Serviços	-		
Transferências Correntes	3.184.581,50		
Outras Receitas Correntes	-		
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	41.227,00
Operações de Crédito	-	Investimentos	41.227,00
Alienação de Bens	-	Inversões Financeiras	-
Empréstimos Concedidos	-	Amortização da Dívida	-
Transferências de Capital	-		
Outras Receitas de Capital	-		
(-) Deduções da Receita	-	Reserva do RPPS	-
		Reserva de contingência - Município	-
TOTAL DAS RECEITAS	3.424.144,00		
Aportes Financeiros de recursos próprios	930.447,00		
TOTAL DA RECEITA + APORTES	4.354.591,00	TOTAL DA DESPESA	4.354.591,00

OBS: o Fundo da Saúde abrange as seguintes unidades orçamentárias: 6.1 - Fundo da Saúde – ASPS; 6.2 - Fundo da Saúde – Recursos do Estado; 6.3 – Fundo da Saúde – Recursos da União; 6.7 – Fundo da Saúde – Alienação de Bens.

**Fundo Municipal de Educação
(CNPJ nº. 30.791.723/0001-17)**

RECEITAS (MDE+FUNDEB)		DESPESAS (MDE+FUNDEB)	
<i>Especificação</i>	<i>Valor</i>	<i>Especificação</i>	<i>Valor</i>
Receitas Correntes	3.852.900,00	Despesas Correntes	5.092.866,00
Receitas Tributárias	382.527,50	Pessoal e Encargos Sociais	3.080.010,00
Receitas Contribuições	-	Juros e Encargos da Dívida	-
Receita Patrimonial	5.002,00	Outras Despesas Correntes	2.012.856,00

Receita Agropecuária	-		
Receitas Industriais	-		
Receitas de Serviços	-		
Transferências Correntes	3.465.370,50		
Outras Receitas Correntes	-		
Receitas de Capital	-	Despesas de Capital	82.180,00
Operações de Crédito	-	Investimentos	82.180,00
Alienação de Bens	-	Inversões Financeiras	-
Empréstimos Concedidos	-	Amortização da Dívida	-
Transferências de Capital	-		
Outras Receitas de Capital	-		
(-) Deduções da Receita	-	Reserva do RPPS	-
		Reserva de contingência - Município	-
TOTAL DAS RECEITAS	3.852.900,00		
Aportes Financeiros de recursos próprios	1.322.146,00		
TOTAL DA RECEITA + APORTES	5.175.046,00	TOTAL DA DESPESA	5.175.046,00

OBS: o Fundo da Educação abrange as seguintes unidades orçamentárias: 7.1 – Gastos não computados com o Ensino; 7.2 – Manutenção do Ensino – MDE; 7.3 – Desporto e Lazer e 7.6 – FUNDEB – Fundo da Educação Básica.

Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ nº. 13.815.955/0001-49)			
RECEITAS		DESPESAS	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	166.860,00	Despesas Correntes	425.179,00
Receitas Tributárias	-	Pessoal e Encargos Sociais	247.389,00
Receita de Contribuições	-	Juros e Encargos da Dívida	-
Receita Patrimonial	1.860,00	Outras Despesas Correntes	177.790,00
Receita Agropecuária	-		
Receita Industrial	-		
Receita de Serviços	-		
Transferências Correntes	165.000,00		
Outras Receitas Correntes	-		
Receitas de Capital	-	Despesas de Capital	8.420,00

Operações de Crédito	-	Investimentos	8.410,00
Alienação de Bens	-	Inversões Financeiras	10,00
Empr. Concedidos	-	Amortização da Dívida	-
Transferências de Capital	-		
Outras Receitas de Capital	-		
TOTAL DAS RECEITAS	166.860,00		
Aportes Financeiros de recursos próprios	266.739,00		
TOTAL DA RECEITA + APORTES	433.599,00	TOTAL DA DESPESA	433.599,00

OBS: o Fundo da Assistência abrange as seguintes unidades orçamentárias: 6.4 - Fundo da Assistência Social - FMAS; 6.5 - Fundo da Assistência Social – Recursos da União; 6.6 – Fundo da Assistência Social – Recursos do Estado.

Fundo Municipal da Cultura (CNPJ nº. 21.340.345/0001-64)			
RECEITAS		DESPESAS	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	50,00	Despesas Correntes	212.750,00
Receitas Tributárias	-	Pessoal e encargos sociais	500,00
Receita de Contribuições	-	Outras despesas correntes	212.250,00
Receita Patrimonial	50,00		
Receita Agropecuária	-		
Receita Industrial	-		
Receita de Serviços	-	Despesas de Capital	1.550,00
Transferências Correntes	-	Investimentos	1.550,00
Outras Receitas Correntes	-		
Receitas de Capital	-		
Operações de Crédito	-		
Alienação de Bens	-		
Empréstimos Concedidos	-		
Transferências de Capital	-		
Outras Receitas de Capital	-		
TOTAL DAS RECEITAS	50,00		
Aportes Financeiros de	214.250,00		

recursos próprios			
TOTAL DA RECEITA + APORTES	214.300,00	TOTAL DA DESPESA	214.300,00

OBS: o Fundo da Cultura abrange a seguinte unidade orçamentária: 7.4 - Fundo Municipal da Cultura.

Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CNPJ nº. 18.981.945/0001-05)			
RECEITAS		DESPESAS	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	41.650,00	Despesas Correntes	56.550,00
Rec. Tributárias	41.510,00	Outras despesas correntes	56.550,00
Rec. Contribuições	-		
Rec. Patrimonial	140,00	Despesas de Capital	3.650,00
Rec. Agropecuária	-	Investimentos	3.650,00
Rec. Industriais	-		
Rec. Serviços	-		
Transferências Correntes	-		
Outras Receitas Correntes	-		
Receitas de Capital	-		
Operações de Crédito	-		
Alienação de Bens	-		
Empr. Concedidos	-		
Transferências de Capital	-		
Outras Receitas de Capital	-		
TOTAL DAS RECEITAS	41.650,00		
Aportes Financeiros de recursos próprios	18.550,00		
TOTAL DA RECEITA + APORTES	60.200,00	TOTAL DA DESPESA	60.200,00

OBS: o Fundo do Meio Ambiente abrange a seguinte unidade orçamentária: 8.5 - Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores

(CNPJ nº. 11.177.411/0001-73)

RECEITAS		DESPESAS	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	5.848.900,00	Despesas Correntes	1.494.900,00
Receita de Contribuições	2.567.800,00	Pessoal e Encargos Sociais	1.470.000,00
Receita Patrimonial	3.281.100,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Receitas correntes	0,00	Outras Despesas Correntes	24.900,00
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	5.100,00
Alienação de Bens	-	Investimentos	5.100,00
Empréstimos Concedidos	-	Inversões Financeiras	
Outras Receitas de Capital	-	Amortização da Dívida	
(-) Deduções da Receita	-	RESERVA DO RPPS	4.348.900,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-
TOTAL DAS RECEITAS	5.848.900,00	TOTAL DAS DESPESAS	5.848.900,00
Aportes Financeiros de recursos próprios	0,00		
TOTAL DA RECEITA + APORTES	5.848.900,00	TOTAL DAS DESPESAS	5.848.900,00

OBS: o Fundo da Aposentadoria e Pensão dos Servidores abrange a seguinte unidade orçamentária: 9.1 - Fundo da Aposentadoria e Pensão dos Servidores – FAPS.

**Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
(CNPJ nº. 21.339.293/0001-06)**

RECEITAS		DESPESAS	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	-	Despesas Correntes	1.000,00
Rec. Tributárias	-	Outras despesas correntes	1.000,00
Rec. Contribuições	-		
Rec. Patrimonial	-	Despesas de Capital	0,00
Rec. Agropecuária	-	Investimentos	0,00
Rec. Industriais	-		
Rec. Serviços	-		
Transferências Correntes	-		
Outras Receitas Correntes	-		

Receitas de Capital	-		
Operações de Crédito	-		
Alienação de Bens	-		
Empr. Concedidos	-		
Transferências de Capital	-		
Outras Receitas de Capital	-		
TOTAL DAS RECEITAS	-		
Aportes Financeiros de recursos próprios	1.000,00		
TOTAL DA RECEITA + APORTES	1.000,00	TOTAL DA DESPESA	1.000,00

OBS: o Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente abrange a seguinte unidade orçamentária: 3.2 - Fundo da Criança e do Adolescente – FMCA.

MUNICÍPIO DE VILA FLORES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

ANEXO VII
DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS EM RELAÇÃO À
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA

Especificação das Receitas	Previsão 2020
Receitas Correntes Totais	26.212.873,00
(-) IRRF s/ Rendimento do Trabalho	(442.000,00)
(-) Contribuição dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas ao RPPS	(684.000,00)
(-) Compensação Previdenciária ao RPPS	(0,00)
(-) Rendimentos de Aplicações do RPPS	(3.281.100,00)
(-) Deduções para o FUNDEB	(3.181.872,00)
(-) Outras Deduções	(0,00)
(=) Subtotal	18.623.901,00
(+) Ajuste de Perdas com o FUNDEB	1.056.042,00
(=) Receita Corrente Líquida Prevista (RCL)	19.679.943,00
Limite Legal para Despesas de Pessoal do Executivo (54% x RCL)	10.627.169,22
Limite Prudencial para Despesa de Pessoal do Executivo (51,30% X RCL)	10.095.810,76
Limite Legal para Despesas de Pessoal do Legislativo (6% x RCL)	1.180.796,58
Limite Prudencial para Despesa de Pessoal do Legislativo (5,7% X RCL)	1.121.756,75

Especificação das Despesas	Estimativa Despesa do Executivo 2020	Estimativa Despesa do Legislativo 2020
Total das Despesas com Pessoal e	10.376.614,00	389.350,00

Encargos Sociais		
(-) Pensionistas (Recursos Próprios)	0,00	0,00
(-) IRRF s/Rendimentos do Trabalho	(350.000,00)	(2.000,00)
(-) Sentenças Judiciais de exercícios anteriores	0,00	0,00
(-) Despesas de pessoal de exercícios anteriores	0,00	0,00
(-) Outras Deduções da Despesa com Pessoal	0,00	0,00
= Despesa com pessoal prevista	10.026.614,00	387.350,00
Limite Legal para Despesas de Pessoal	50,95%	1,97%

NOTA: Estimam-se contratações no exercício de 2020 de diversos cargos efetivos conforme a necessidade dos setores, o que pode alterar o índice de pessoal, porém sem previsão de quantitativo até o momento. A dotação orçamentária necessária para as contratações será extraída da Reserva de Contingência conforme as contratações forem se concretizando e a necessidade de dotação de cada setor.

Devemos levar em consideração que a RCL oscila constantemente, o que pode tanto aumentar, quanto baixar os índices de pessoal. Este acompanhamento é feito constantemente, buscando-se sempre ficar abaixo dos limites e tomando as medidas cabíveis num possível aumento de alíquota que possa comprometer o orçamento.

MUNICÍPIO DE VILA FLORES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

ANEXO VIII

**DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS NO MDE -
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**
(Art. 212 da Constituição Federal e Lei Federal nº 9.394/96)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	25 %	ESPECIFICAÇÃO	GASTOS MDE	GASTOS FUNDEB
IPTU (Principal, multas e juros)	301.600,00	75.400,00	Pessoal e Encargos	802.080,00	2.127.330,00
ITBI (Principal, multas e juros)	322.000,00	80.500,00	Outras Despesas Correntes	1.125.120,00	860,00
ISSQN (Principal, multas e juros)	464.510,00	116.275,00	Investimentos	58.700,00	10,00
IRRF (Principal, multas e juros)	442.000,00	110.500,00			
FPM	8.436.400,00	2.109.100,00			
FPM Cota Extra	718.200,00	179.550,00			
ITR	5.600,00	1.400,00			
LC 87/96	10,00	2,50			
ICMS	6.795.000,00	1.698.750,00			
IPVA	565.400,00	141.350,00			
IPI / exportação	106.800,00	26.700,00			
Subtotal	18.157.520,00	4.539.527,50			
Retorno do Fundeb	2.125.800,00				
(-) Dedução do FUNDEB	(3.181.842,00)				
Rendimentos de aplicações financeiras (MDE e Fundeb)	3.026,00				
MÍNIMO A APLICAR	3.486.511,50		Total	1.985.900,00	2.128.200,00
			TOTAL FIXADO	4.114.100,00	
Valor destinado à maior que o mínimo			R\$ 627.588,50		

(aporte de Recursos Próprios)	
--------------------------------------	--

ANEXO IX
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS NO ASPS - AÇÕES E
SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
(Lei Complementar nº 141/2012)

FIXAÇÃO	PREVISÃO	15 %	ESPECIFICAÇÃO	GASTOS ASPS
IPTU (Principal, multas e juros)	301.600,00	45.240,00	Pessoal e Encargos	2.311.000,00
ITBI (Principal, multas e juros)	322.000,00	48.300,00	Outras Despesas Correntes	1.332.100,00
ISSQN (Principal, multas e juros)	464.510,00	69.676,50	Investimentos	10.800,00
IRRF (Principal, multas e juros)	442.000,00	66.300,00		
FPM	8.436.400,00	1.265.460,00		
FPM Cota Extra	718.200,00	107.730,00		
ITR	5.600,00	840,00		
LC 87/96	10,00	1,50		
ICMS	6.795.000,00	1.019.250,00		
IPVA	565.400,00	84.810,00		
IPI / exportação	106.800,00	16.020,00		
Subtotal	18.157.520,00	2.723.628,00		
Rendimentos de Aplicações financeiras.	475,00		Subtotal	3.653.900,00
MÍNIMO A APLICAR	2.724.103,00		TOTAL FIXADO	3.653.900,00
Valor destinado à maior que o mínimo (aporte de Recursos Próprios)			R\$ 929.797,00	

MUNICÍPIO DE VILA FLORES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

ANEXO X
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE DESPESAS A SEREM
FINANCIADAS POR OPERAÇÕES DE CRÉDITO
(Art. 167, III, da Constituição Federal e Art. 12, § 2º, da LRF)

RECEITAS POR FONTES		DESPESAS POR PROJETO / ATIVIDADE	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Operações de Crédito Internas	0,00	Projeto/Atividade/Elemento	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00		
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Não há operações de crédito contratadas e não há previsão de contratação até o presente momento.

MUNICÍPIO DE VILA FLORES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

ANEXO XI
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DO LIMITE MÁXIMO PARA AS DESPESAS DO PODER
LEGISLATIVO
(Art. 29-A da Constituição Federal)

Receita Efetivamente Arrecadada no Exercício Anterior Especificação (líquidas)	Arrecadada Até Set/19.	Tendência Até o Final do Exercício (estimada)	Total
1.1.0.0.00.00.00.00 – Receitas Tributárias	1.298.897,18	477.658,64	1.776.555,82
1.2.1.0.29.07.00.00 – Contribuição do Servidor Ativo Civil p/RPPS	456.679,39	202.968,61	659.648,00
1.7.2.1.01.02.00.00 - COTA PARTE DO FPM (Normal e Cota Extra)	6.338.810,59	2.489.281,99	8.828.092,58
1.7.2.1.01.05.00.00 - COTA PARTE DO ITR	5.427,39	0,00	5.427,39
1.7.2.1.09.01.00.00 - TRANSFERÊNCIA DA LC 87/96	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.00.00 – COTA PARTE DO ICMS	4.926.272,18	1.625.420,06	6.551.692,24
1.7.2.2.01.02.00.00 – COTA PARTE DO IPVA	415.716,04	129.546,23	545.262,27
1.7.2.2.01.04.00.00 – COTA PARTE DO IPI/EXPORTAÇÃO	75.615,29	27.408,56	103.023,85
1.7.2.2.01.13.00.00 – COTA PARTE DA CIDE	5.982,48	2.991,24	8.973,72
S O M A ----->	13.523.400,54	4.955.275,33	18.478.675,87

Estimativa do Limite Máximo de Gastos do Legislativo

Valor previsto para a Receita Efetivamente Arrecadada no Exercício Anterior (2019)	R\$ 18.478.675,87
População do Município (2019)	3.385 Habitantes
Limite Máximo Permitido conforme art. 29A da Constituição Federal	7% RREA
Valor máximo para as despesas do Poder Legislativo em 2019	R\$ 1.293.507,31
Valor máximo para as despesas com a Folha de Pagamentos do Poder Legislativo em 2019 (CF/88, art. 29-A, § 1º) 6% s/ receita efetivamente arrecadada.	R\$ 1.108.720,55
Valor previsto	R\$ 387.350,00
Percentual previsto s/ RREA	1,97%